

**ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NA ESTÂNCIA
HIDROMINERAL DE POÁ, APEP-POÁ**

Edição nº01/2020-Fevereiro/Março

CAMPANHA SALARIAL 2020

Eleições 2020



REELEIÇÃO



Saída do Itaú



**"Assessores sindicais"
candidatos**



**Lei Eleitoral
Legislaçã
Eleitoral**



AMEAÇA AO



**CATEGORIA TERÁ UM GRANDE DESAFIO PELA FRENTE.
APEP ESTÁ PREPARADA PARA DEFENDER OS
EDUCADORES MUNICIPAIS!**

HISTÓRICO DE LUTA COMPROVA: TÁTICA ADOTADA PELA APEP TROUXE IMPORTANTES CONQUISTAS AOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS. EDUCADORES DEVEM SE MANTER MOBILIZADOS PARA SUPERAR OS DESAFIOS CONQUISTANDO E MANTENDO DIREITOS.

Ao longo dos últimos seis anos, os dirigentes que hoje compõem a diretoria da APEP organizaram a categoria e a representaram em inúmeras reuniões com os diferentes governos sempre buscando sensibilizá-los a atender as demandas apresentadas pelos profissionais em educação. Inúmeros encontros foram realizados com o conjunto de servidores da educação e muitas conquistas, ainda que longe daquilo que de fato merecemos, só foram possíveis graças a mobilização de todos. Em 2014, ainda no Governo Testinha, nossa luta acelerou os trâmites entre Executivo e Legislativo e aprovou imediatamente o Estatuto dos Servidores e o Plano de Carreira da Educação fazendo com que os nossos profissionais deixassem de amargar os piores salários da região para a carreira. Em 2015 e 2016 enfrentamos o Governo Marcos Borges e além do reajuste salarial obtido na época conseguimos arrancar o compromisso do prefeito e da então Secretária de Educação na época, Prof^ª Sonia Regina de reestruturação do plano de carreira, além do Programa de Formação Continuada implementado na rede. Realizamos inclusive paralisações e garantimos o pagamento pelos dias parados não ocasionando nenhum prejuízo aos profissionais. Em 2017, já no governo Gian Lopes, conseguimos o reconhecimento sindical e a dispensa de ponto concedida pela então Secretária de Educação Prof^ª Juliana Pelegrineli. Enfrentamos resistência do governo por conta da aprovação de um projeto de Lei referente ao repasse da alíquota de ISS que em vigor reduziria o orçamento da cidade. Atendemos ao chamado das centrais sindicais e paralisamos 100% das escolas poaenses barrando na época a Reforma da previdência proposta por Michel Temer que assumira a presidência com um alto índice de rejeição um ano antes com o impeachment da presidente Dilma eleita em 2014.

Com o surgimento de outras entidades sindicais, jamais vistas em Poá, o governo fechou as portas e ameaças de encerramento do Ensino Fundamental II, fechamento de creches, redução salarial e até mesmo demissão passaram a pairar o ambiente educacional. Com a categoria unida e o apoio da população resistimos bravamente e revertermos judicialmente qualquer decisão do executivo em querer nos punir e não reconhecer o direito de greve dos profissionais que lutaram. Em 2018 o cenário também foi conflituoso. O governo aproveitou o frágil momento das entidades que passavam por trâmites burocráticos internos e enviou PL à Câmara Municipal no período de férias escolares. Mesmo assim o PL acabou não vingando, embora o governo manteve o mesmo discurso de queda na receita por conta da mudança

da lei que redistribuía o ISS. Com o surgimento da APEP, o governo não viu outra alternativa e teve que receber a entidade, já que nenhum entrave burocrático impedia a atuação da referida entidade. Já em abril o governo sinalizou com aumento do vale alimentação e em maio garantiu que não tinha mais intenção de congelar as evoluções dos profissionais em educação garantindo assim a ascensão na carreira conquistada a duras penas. Assim marcou o na época o dia 20 de junho de 2019 para fechar suas propostas em protocolo de negociação, cuja assembleia realizada pela APEP optou por aguardar as devidas propostas para deliberar sobre sua aceitação ou não em nova assembleia a ser convocada. Paralelamente a isso outras entidades, até então não atendidas pelo governo, e sem apresentar qualquer intenção de dialogar com a APEP para construção de um calendário de lutas unificado conclamaram por greve dos servidores, sem se importar com as consequências jurídicas que tal movimentação poderiam trazer aos educadores municipais. Com as propostas formalizadas pelo governo Gian Lopes e a continuidade das negociações para uma oferta de reajuste, protocolamos documento solicitando um posicionamento imediato do governo que cedeu as pressões da APEP e aplicou 5% de reajuste em novembro de 2018. Já em 2019 nossa luta sensibilizou o governo a atender a data base e corrigir os padrões de vencimentos em 8,22% além de elevar em cerca de 41% o valor do vale alimentação que saltou de R\$278,92 em maio de 2018 para R\$400,00 em maio de 2019, no entanto, com a saída definitiva da sede de operações do Banco Itaú da cidade vimos por exemplo o governo suspender o pagamento de pecúnia das Licenças Prêmios e o encaminhamento de Projeto de Lei visando reduzir, ainda que de forma facultativa, a jornada do servidor com redução proporcional de vencimentos, além de indeferir os pedidos de antecipação da Gratificação Natalina, vulgo 13^º salário. Ainda por cima iniciamos 2020 também com a reforma da previdência já aprovada pelo governo Bolsonaro e seus aliados, além dessa mesma equipe propor “goela abaixo” uma reforma administrativa que ataca diretamente os direitos do trabalhadores e os serviços essenciais como saúde, educação e segurança, principalmente por conta da grande ameaça do fim dos recursos advindos do FUNDEB. Por essas e outras é que entendemos que a mobilização dos trabalhadores, e em especial dos profissionais em educação do município de Poá, somadas a articulação da APEP, tanto pela via administrativa quanto jurídica, é que pode trazer benefícios e a garantia e manutenção de nossos direitos.

CAMPANHA SALARIAL 2020

LEI ELEITORAL IMPEDE CONCESSÃO DE REAJUSTES E BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES EM ATÉ 180 DIAS QUE ANTECEDEM AS ELEIÇÕES.

APEP VAI DEBATER ESTRATÉGIAS DE LUTA EM CONJUNTO COM OS EDUCADORES

Mesmo diante das imposições e premissas para o ano de 2020, a diretoria da APEP, como sempre fez ao longo dos anos inicia sua Campanha Salarial coletando dos educadores demandas para elaboração da Pauta de Reivindicações 2020. No site da entidade já está disponível até o próximo dia 05 de março, quinta-feira, um formulário eletrônico para que os profissionais em educação acessem e apresentem suas demandas. Após esse período, essas demandas serão apresentadas em assembleia da categoria e, se aprovadas, comporão a Pauta de Reivindicações 2020 que será entregue na sequência ao Governo Municipal para início das negociações. Vale lembrar que o Artigo 73, Inciso VIII da Lei Federal nº 9504/97 (Lei Eleitoral), impede o poder executivo de conceder reajustes e benefícios em até 180 dias antes da data da eleição, se estendendo até a data da posse dos eleitos, salvo a recomposição inflacionária. Como a data das eleições está prevista para o dia 04 de outubro, temos que somar esforços para, até o início de abril, sensibilizarmos o poder executivo a atender as nossas reivindicações, ainda que a cidade passe por um momento delicado. A APEP considera que os profissionais em educação e os demais servidores não poderão ser responsabilizados por esta questão do ISS que já se discute desde 2012, conclamando ainda que, se algum direito for retirado, a categoria deve paralisar imediatamente os serviços.

FIQUE ATENTO:

- Acesse o site da entidade (www.apeppoa.wix.com/a pep) até o próximo dia 05/03/2020 e apresente sua demanda (Compartilhe as informações com os seus pares);
- Compareça a ASSEMBLEIA de ratificação da Pauta de Reivindicações 2020 agendada para o próximo dia 07/03/2020 (sábado) às 09:30 na sede da APEP situada à Avenida Lucas Nogueira Garcês, 531, 1º andar, Jd Estela, Poá-SP;
- Organize a sua escola e participe da GREVE GERAL convocada para o dia 18/03/2020 pelas Centrais Sindicais a favor do FUNDEB e contra a Reforma Administrativa que ataca o conjunto dos trabalhadores, em especial o funcionalismo público.



